



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO PROF Dr SÉRGIO JACINTO LEONOR – ARRAIAS-TO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA

PAULINA AMADO DA SILVA CANTUÁRIO

EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRANSPORTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS
DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES DA ESCOLA POLO MATAS, NA
COMUNIDADE KALUNGA DO MIMOSO EM ARRAIAS-TO

Arraias-TO
2024

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRANSPORTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS
DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES DA ESCOLA POLO MATAS, NA
COMUNIDADE KALUNGA DO MIMOSO EM ARRAIAS-TO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus
Universitário de Arraias, para obtenção do título de
Licenciatura em Educação do Campo: Artes visuais
e música, sob orientação da Professora Dr Silvia
Adriane Tavares de Moura

Arraias-TO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:
ARTES VISUAIS E MÚSICA**

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 16 dias do mês de maio de 2024, às 10h, por videoconferência pelo link <https://meet.google.com/vvy-sqks-qyh>, realizou-se a Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica, **PAULINA AMADO DA SILVA CANTUÁRIO**, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes Visuais e Música, do Câmpus Universitário de Arraias, intitulado “ **Educação do Campo e Transporte Escolar: uma análise dos desafios enfrentados por estudantes da Escola Polo Matas, na Comunidade Kalunga do Mimoso em Arraias-Tocantins.** ”, realizada sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Adriane Tavares de Moura. Após apresentação e arguição, atribuíram a média final 8,5 (oito vírgula cinco) pelo trabalho, tendo sido considerado: Aprovado. A banca avaliadora foi composta pelos membros: Profa. Dra. Silvia Adriane Tavares de Moura (orientadora), pela profa. Doutora Janaina Santana da Costa (Membro Interno- UFT) e pela professora Doutora Simone Batista Mamede (Membro Interno- UFT). Eu, Silvia Adriane Tavares de Moura, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, matrícula funcional nº 3456146, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada.

Arraias – TO, 16 de Março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVIA ADRIANE TAVARES DE MOURA
Data: 12/11/2024 08:29:41 -0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Profa. Dra. Silvia Adriane Tavares de Moura – Orientadora – UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem devo minha vida e que sempre me amparou ao longo da minha caminhada, me dando força, saúde e sabedoria para tomar as melhores decisões.

Ao meu esposo, Antônio Carlos Cantuário que nunca se opôs quando eu quis lutar para realizar algum sonho, aos meus filhos Ana Paula S. Cantuário e Carlos Magno S. Cantuário, expresso minha gratidão pelo apoio incondicional, compreensão e engajamento que me deram. Vocês foram minha inspiração e motivação para seguir em frente.

Aos meus colegas de sala, em especial a Silvana, Fatima e Clarizan, que sempre estiveram presentes para ajudar nas dificuldades acadêmicas, agradeço a vocês pela parceria e espírito colaborativo.

Aos professores que ao longo destes 8 semestres de curso, compartilharam seus conhecimentos e experiência. Agradeço pela dedicação e pelos ensinamentos valiosos que contribuíram significativamente para o meu crescimento profissional.

Por fim, um agradecimento especial à minha orientadora, que me aceitou como orientanda e pela paciência e feedback no desenvolvimento deste trabalho.

Todos vocês desempenharam um papel fundamental nesta jornada, sou imensamente grata pelo apoio e contribuição. Muito obrigada!

RESUMO

O presente texto é um trabalho de conclusão de curso (TCC) de Educação do Campo: Licenciatura em artes visuais e música na Universidade Federal do Tocantins (UFT), que trata de um estudo sobre o transporte escolar na região Kalunga do Mimoso, tendo como objetivo analisar o transporte escolar para os alunos da escola Polo Matas, analisando a qualidade do serviço oferecida, o grau de satisfação dos alunos, se impacta no aprendizado dos alunos. Para o desenvolvimento deste estudo, fizemos uma abordagem de natureza qualitativa, fazendo uma pesquisa documental e entrevistas para a coleta de dados. Com isso, conclui que apesar do fornecimento do transporte, a logística oferecida acaba afetando o bem-estar dos alunos, o que acaba atrapalhando o desenvolvimento escolar.

Palavras-chave: Transporte escolar, educação, ensino na zona rural

ABSTRACT

This text is a course completion work (TCC) of Rural Education: Degree in visual arts and music at the Federal University of Tocantins (UFT), which deals with a study on school transport in the Kalunga region of Mimoso, having as The objective is to analyzeschool transport for students at the Polo Matas school, analyzing the quality of the service offered, the degree of student satisfaction, and whether it impacts student learning. To develop this study, we took a qualitative approach, carrying out documentary research and interviews to collect data. With this, he concludes that despite the provision of transport, the logistics offered end up affecting the well-being of students, which ends up hindering school development.

Keywords: School transport, education, teaching in rural areas

LISTA DE SIGLAS

ART	Artigo
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DETRAN	Departamentos Estaduais de Trânsito
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
PNATE	Programa Nacional de Apoio do Transporte Escolar
TO	Tocantins
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE TABELAS

Quadro 01 - Escolas da Rede municipal de Arraias-TO	30
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: situação das estradas onde os alunos percorrem para chegarem as escolas.....	20
Figura 02: percurso utilizado para buscar alunos.....	33
Figura 03: Ônibus escolar utilizado para transporte dos alunos.	34
Figura 04: Ônibus escolar utilizado para transporte dos alunos.	34
Figura 05: Transporte escolar da escola Polo Matas	35
Figura 06: Cadeiras dos ônibus escolares	36
Figura 07: Janelas do ônibus escolar.	37
Figura 08: Ônibus com Janela quebrada.	37
Figura 09: Rio cheio no caminho que o ônibus passa para levar alunos a escola	38
Figura 10: Situação das estradas onde passa o ônibus escolar	39
Figura 11: Ônibus atolado em estrada, no trajeto escolar	40
Figura 12: Locais onde passa o transporte escolar	41
Figura 13: Ônibus atolado em rio	41
Figura 14: Ônibus caiu em valeta na estrada.....	42
Figura 15: Ônibus atolados em rio e estradas, no trajeto escolar	43
Figura16: Sensações de desconforto durante a viagem dos alunos.....	44
Figura 17: Alunos utilizando o transporte escolar	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	11
2. METODOLOGIA.....	14
3. REFERENCIAL TEORICO.....	16
3.1 O acesso as escolas do campo e o transporte escolar.	16
3.2 O transporte escolar em áreas rurais.....	19
3.3 Legislação relacionada ao transporte escolar.....	21
3.3.1 A Constituição Federal/1988.	21
3.3.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB Lei nº 994/96.	22
3.3.3 O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNAT.....	23
3.3.4 O Programa Caminho da Escola.....	24
3.4 Segurança no Transporte Escolar.....	25
4. O ACESSO A EDUCAÇÃO E O TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL.....	26
5. O ACESSO A EDUCAÇÃO E O TRANSPORTE ESCOLAR NO TOCANTINS.....	29
6. O ACESSO A EDUCAÇÃO E O TRANSPORTE ESCOLAR EM ARRAIAS-TO.	29
6.1 Caracterização da região de Arraias-TO.	30
6.2 Legislação municipal relacionada ao transporte escolar.	31
6.3 Localização e contexto geográfico.	31
6.4 Demografia e estrutura educacional.....	32
6.5 Infraestrutura e Logística em Arraias-TO.	32
6.5.1 Condições das estradas e trajetos.	37
6.5.2 Rotina e organização do transporte escolar.....	43
6.5.3 Sensação de desconforto durante a viagem.....	44
6.6 Visão de um professor sobre o transporte escolar.	45
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
8. 8 REFERENCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Os povos do campo historicamente sofrem com a qualidade de vida, recebendo os piores serviços e sendo vítimas de preconceito. A eles é ofertada, muitas vezes e por inúmeras razões, uma educação de má qualidade. Segundo Hage (2014), esses grupos enfrentam carência nos serviços essenciais, resultando em sérias dificuldades no acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Apesar dos avanços alcançados, continuam à mercê de várias situações adversas. Dentre elas está o transporte escolar, algo primordial para o acesso e a permanência dos estudantes camponeses na escola e, conseqüentemente, para suas famílias.

O transporte escolar na zona rural é o principal meio de acesso dos alunos às escolas, devido a uma série de fatores. Entre eles, destaca-se o fato de o Brasil possuir uma grande extensão territorial, aliada à ausência histórica de políticas públicas eficazes voltadas para a educação no meio rural. A dispersão populacional em áreas rurais e a distância entre comunidades tornam o transporte escolar indispensável para garantir que os alunos possam frequentar a escola regularmente. Além disso, fatores como a falta de transporte adequado, a escassez de professores com formações específicas e adequadas à realidade rural e a prevalência de escolas multisseriadas também dificultam, quando não impedem, o acesso à educação de qualidade.

O transporte escolar e o acesso à sala de aula são primordiais para evitar o êxodo rural de crianças, jovens e de suas famílias. Muitas vezes, esses grupos migram para as cidades em busca de melhores oportunidades educacionais, o que acarreta na separação precoce entre pais e filhos. Esse fenômeno gera consequências emocionais e sociais significativas para as crianças, que podem acabar vivendo com parentes ou até em casas de estranhos, afastadas de suas raízes e culturas. Para essas famílias, essa mudança muitas vezes se torna a única alternativa para garantir a educação formal, agravando o êxodo rural e a desestruturação das comunidades do campo.

As políticas que envolvem o transporte público escolar devem abranger todos os estudantes que utilizam a rede pública de ensino e que precisam se deslocar por grandes distâncias para chegar à escola, como é o caso dos moradores da zona rural, de acordo com a citação a seguir:

“[...] mas o principal desafio enfrentado pelas autoridades é a grande extensão territorial e a infraestrutura precária das estradas, para que este serviço seja prestado da melhor forma possível e consiga atender as necessidades de cada estudante” (Tormes; Abeid, 2015, p. 2).

A Educação do Campo é voltada para a escolarização dos cidadãos do campo, contemplando sua identidade cultural e seus saberes. De acordo com Carneiro (2018), a valorização das práticas culturais e dos conhecimentos tradicionais é fundamental para garantir que os alunos se sintam respeitados e representados no ambiente escolar. Todos têm direito a uma educação de qualidade no lugar onde vivem, de forma que o contexto e a realidade local sejam levados em consideração nas práticas pedagógicas.

A educação do campo deve ser ofertada pelo Estado aos Camponeses, pois o povo tem direito a uma educação pensada desde o local onde vive, sua participação na cultura e suas necessidades sociais e humanas, preservando sempre o mesmo padrão de qualidade dos grandes centros urbanos (CALDART, 2000, p. 18).

Diante da importância de um serviço de transporte escolar de maior qualidade e mais personalizado para a educação no campo, e considerando sua relevância para evitar o êxodo rural, assim como a relação direta entre o transporte escolar e a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes em suas casas na zona rural, surgiu a necessidade de conhecer melhor esse serviço no município de Arraias-TO, na região Kalunga do Mimoso.

O objetivo é entender a qualidade do serviço prestado e identificar as necessidades e falhas existentes. O transporte escolar tem uma grande importância social, pois afeta diretamente o acesso dos alunos camponeses à educação, tendo impacto direto na segurança e bem-estar. Analisando e investigando as normas de segurança, as condições dos veículos, manutenção, pode-se ajudar a identificar áreas de melhoria e promover mudanças, pois eles estão sujeitos a regulamentação.

Analisando as várias dimensões que o transporte escolar abrange, podemos observar sua relevância para a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das taxas de absenteísmo. Um sistema de transporte escolar eficaz não apenas melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também atua na diminuição da evasão escolar.

Além disso, ao garantir o acesso de todos os alunos à educação, o transporte escolar desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, assegurando que todos tenham a chance de participar plenamente do ambiente escolar.

Assim, objetiva-se, por intermédio desta pesquisa investigar as principais barreiras de acesso enfrentadas pelos alunos em relação ao transporte escolar, como a falta de infraestrutura, más condições do transporte, segurança, conforto e conformidade com as normas de segurança; avaliar o impacto do transporte escolar no acesso à educação, desempenho escolar e frequência dos alunos; Desigualdade de acesso entre alunos de áreas urbanas e rurais, investigar as políticas e práticas existentes relacionadas aos transporte escolar.

Por intermédio desta pesquisa, observamos quais são os desafios enfrentados pelos estudantes e docentes na escola municipal Polo Matas, assim como as condições do serviço prestado, incluindo a hora de saída e chegada dos alunos em suas casas. Também analisamos o alcance do serviço, verificando se todos os alunos ou apenas alguns estão sendo beneficiados, além de investigar a interferência da qualidade do transporte no aprendizado dos alunos e como o poder público do município está tratando essa questão.

A escolha deste tema partiu da realidade do meio rural na qual estou inserida. Ao observar a luta dos estudantes camponeses para chegar às escolas, surgiu a vontade de estudar sobre o assunto e entender seus principais desafios. Este trabalho visa analisar o transporte escolar e sua influência no desenvolvimento educacional de alunos e docentes, abordando as rotas utilizadas e as condições do transporte.

Esperamos atrair a atenção do poder público municipal, dos pais e da comunidade escolar para este tema, buscando fomentar a reflexão, o diálogo e a identificação de caminhos alternativos que visem à melhoria das condições de acesso e permanência. Ao minimizar as dificuldades enfrentadas por esses alunos e seus professores, podemos contribuir para um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz, reconhecendo que a qualidade do transporte impacta diretamente não apenas o aprendizado dos alunos, mas também a capacidade dos docentes em suas funções educacionais.

2. METODOLOGIA

Neste estudo, optei por uma pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa. Utilizei documentos, questionários e observações diretas para coletar informações e alcançar os objetivos da pesquisa.

Para fundamentar teoricamente o estudo, realizei uma pesquisa bibliográfica, buscando construir argumentos e explicações sobre o problema de pesquisa com base em teorias e estudos publicados em diversas fontes. Como destaca Fonseca (2002, p. 32), uma pesquisa bibliográfica permite desenvolver uma análise a partir de referências teóricas disponíveis em acervos escritos e eletrônicos, incluindo livros, artigos científicos e materiais de websites. Baseada em Marconi e Lakatos (2003), essa etapa envolveu o levantamento de uma ampla gama de documentos, desde publicações acadêmicas até materiais audiovisuais, com o objetivo de compreender o transporte escolar em diferentes contextos e encontrar informações sobre regulamentações e boas práticas.

Após essa etapa, realizei uma pesquisa de campo para investigar diretamente as condições do transporte escolar e coletar percepções dos envolvidos. Como descrito por Gil (2008), esse tipo de estudo permite observar grupos e comunidades em suas dinâmicas próprias. A partir desse referencial, foquei em observar as interações e as condições reais em que o transporte escolar é realizado, de forma a contextualizar melhor os dados obtidos na pesquisa bibliográfica.

A abordagem qualitativa, conforme Bortoni-Ricardo (2008), possibilitou um processo reflexivo e dinâmico, onde pude construir e reconstruir o conhecimento de acordo com as percepções e vivências dos participantes.

Acredito que essa metodologia proporcionou uma visão mais profunda dos fenômenos observados. Como menciona Gil (2010), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos a partir de interpretações e atribuições de significado, e esse foi meu objetivo ao investigar o transporte escolar no município de Arraias-TO, na rota da escola Nossa Senhora da Conceição, Polo Matas.

Para isso, selecionei um grupo de 20 participantes: 17 alunos, 01 professor da rede municipal, 01 motorista e 01 gestor. Entendi que esses participantes eram ideais para fornecer diferentes perspectivas e enriquecer o entendimento sobre as condições do transporte escolar e o impacto na rotina dos alunos.

Para coletar os dados, utilizei questionários com perguntas abertas. De acordo com Silva (2008), o questionário é uma ferramenta eficaz para captar percepções, crenças e experiências dos respondentes.

Essa metodologia permitiu que eu obtivesse uma compreensão ampla sobre as opiniões dos alunos, professores, motoristas e gestores em relação ao transporte escolar, como recomenda Gil (2002).

Além disso, realizei uma observação participante, que, segundo Gil (2008, p. 103), é uma técnica que permite a “participação real do pesquisador na vida da comunidade” ou grupo estudado. Durante essa fase, observei o estado dos veículos, a qualidade das estradas e as dinâmicas dos sujeitos envolvidos.

Essa observação foi essencial para verificar as condições de segurança e conforto do transporte, como também para entender o trajeto que os alunos percorrem.

Por fim, transcrevi e analisei as respostas dos questionários à luz do referencial teórico, buscando compreender como os sujeitos veem o transporte escolar e quais são os principais desafios e oportunidades de melhoria. Esse processo de análise foi fundamental para entender o impacto do transporte na vida escolar dos alunos da zona rural que estudam nas escolas urbanas.

3. REFERENCIAL TEORICO

Existem vários instrumentos legais, como a constituição de 1988, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação), que asseguram o acesso de todos a educação básica, no entanto, apenas estas garantias não asseguram de fato seu acesso as escolas.

Com isso o governo implantou programas suplementares e de acordo com a constituição federal, dentre eles, fazem parte o fornecimento e transporte escolar. Assim como os demais, o transporte escolar representa um elo entre o estudante e a escola, sobretudo aqueles que moram nas zonas mais afastadas e/ou zona rural (Marins,2011)

3.1 O acesso as escolas do campo e o transporte escolar

Para os estudantes rurais terem acesso à escola, devem enfrentar, estradas de má qualidade, longas distancias e transporte ineficientes, evidenciando uma incoerência com o que prevê a Lei 9.394/1996 que estabelece acesso à educação de qualidade para todos, trazendo várias consequências:

A qualidade do ensino ministrado no meio rural pode ser analisada do ponto de vista da precariedade da oferta: instalações, materiais didáticos e principalmente a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício; bem como se considerando o capital sociocultural em jogo, consequência do isolamento e desamparo histórico a que tem sido submetida a população do meio rural, o que é claramente visível pelo alto índice de analfabetismo (SILVA; ARNT, 2008, P. 3).

Esse cenário revela um verdadeiro descaso com essas comunidades, o que afeta diretamente o desenvolvimento acadêmico dos alunos. A falta de infraestrutura adequada e de recursos educacionais compromete não apenas a qualidade do aprendizado, mas também a motivação dos estudantes. Com escolas que não oferecem um ambiente propício para a aprendizagem, muitos alunos enfrentam dificuldades que podem resultar em desinteresse, aumento das taxas de faltas e, eventualmente, desistências escolares.

Esse ciclo vicioso perpetua a exclusão social e educacional, tornando mais desafiador o acesso a oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Portanto, é

crucial que políticas públicas e iniciativas comunitárias sejam implementadas para melhorar as condições educacionais no meio rural, garantindo que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e, assim, possam superar as barreiras impostas pela precariedade do sistema atual.

Ressalta também:

[...]muitos percorrem quilômetros até chegar ao local onde o transporte escolar passa, precisam sair de madrugada de suas casas para esperar o transporte. Às vezes chegam a dormir dentro do ônibus porque pontes quebraram, ou mesmo os veículos isso quando não ficam horas atolados ou esperando as águas nas estradas diminuírem para que o veículo consiga passar. É parte de sua rotina tomar chuva, ter que voltar para casa porque o ônibus não passou, pois está (novamente) estragado, ou ficarem no meio do caminho atolados, não chegando, portanto, à escola. Essa rotina de espera, chegar sempre atrasados na aula, cansaço por acordar cedo, esperar ônibus, engolir poeira ou tomar chuva, talvez, seja um dos motivos de termos estudantes tidos como desinteressados, apenas repetindo conhecimentos na sala de aula, sem ter noção para que sirvam, ou mesmo como utilizá-los no seu dia-a-dia. Assim, os alunos são tachados como desinteressados, como não querendo “nada com nada”. Não que não exista este tipo de discente, mas como ser um educando interessado em realmente construir conhecimentos se a acessibilidade à instituição lhe é quase negada? Como ser um docente motivado se para chegar à escola é um grande desafio? (SILVA; ARNT, 2008, P. 3).

A citação acima mostra uma rotina desgastante dos alunos que dependem do transporte escolar no meio rural revela um quadro alarmante. Muitos percorrem quilômetros até chegar ao local onde o transporte escolar passa e precisam sair de casa ainda de madrugada para aguardar a chegada do ônibus. Essa espera, que deveria ser uma simples etapa do trajeto, transforma-se em um grande desafio, uma vez que, muitas vezes, eles chegam a dormir dentro do ônibus devido a problemas como pontes quebradas ou veículos em más condições.

Além disso, é comum que esses alunos fiquem horas atolados ou esperando que as águas nas estradas diminuam para que o veículo consiga passar. Essa realidade não é apenas inconveniente; é parte de uma rotina que inclui tomar chuva, retornar para casa por conta de ônibus que não passaram devido a problemas mecânicos, ou ainda ficar presos no meio do caminho, impossibilitados de chegar à escola.

Essas experiências diárias de espera, os constantes atrasos nas aulas e o cansaço acumulado por acordar cedo e enfrentar as intempéries criam um ambiente de aprendizado hostil. O impacto desse cenário se reflete diretamente na motivação dos alunos. O desgaste físico e emocional, resultante dessas dificuldades, pode levar ao desinteresse pela escola e, em muitos casos, à evasão escolar.

Portanto, a precariedade do transporte escolar não é um problema isolado; ela está profundamente interligada ao desempenho acadêmico e à permanência desses estudantes na escola. Para mudar essa realidade, é fundamental que haja atenção e investimentos por parte das autoridades competentes, visando à melhoria das condições de transporte e, conseqüentemente, do acesso à educação de qualidade.

Nesta parte, fica claro as principais conseqüências de um serviço negligenciado e quão mal faz para o aprendizado destes alunos, por isso, muitas vezes seu índice de desenvolvimento encontra tão baixo se comparados aos alunos das escolas da zona urbana.

[...]quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte (EGAMI e CINTIA, 2008, p3).

Freire, P, discute que:

[...] processos de escolarização só surtirá efeito como prática da liberdade e desenvolvimento quando, ao contrário daquela que é a prática da dominação, que implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo. Deve permitir através de seu exercício o que ele chama de "práxis, reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor - oprimidos" (FREIRE, 1987,p.38).

A citação de Paulo Freire destaca que a escolarização só será transformadora e promotora de liberdade quando deixar de ser uma prática de dominação e se tornar um espaço de práxis, ou seja, a combinação de reflexão e ação para transformar a realidade, ele critica a visão tradicional que trata os alunos como sujeitos passivos, isolados do mundo.

Para Freire, a educação deve permitir que o estudante reflita sobre sua realidade e atue nela, rompendo com a opressão e promovendo a libertação, essa visão vai além do simples acúmulo de conhecimento e busca a formação de cidadãos conscientes e capazes de intervir no meio em que vivem.

No contexto do transporte escolar na zona rural, essa citação se conecta diretamente com a ideia de inclusão e acesso à educação. A falta de transporte

adequado impede que muitos alunos possam frequentar a escola, criando uma barreira física que também é uma forma de opressão. Quando estudantes não conseguem chegar à escola devido a dificuldades logísticas, eles são excluídos da possibilidade de desenvolver essa "práxis" descrita por Freire.

Dessa forma, garantir transporte escolar adequado na zona rural é fundamental para que a educação realmente se torne um instrumento de liberdade e transformação, permitindo que esses alunos se tornem sujeitos ativos na sua própria formação e na transformação de suas comunidades.

3.2 O transporte escolar em áreas rurais

Lopes et al.(2008) afirmam que o transporte escolar é um serviço destinado a deslocar crianças e jovens matriculados em escolas estaduais ou municipais, assegurando que possam realizar o trajeto entre suas casas e as instituições de ensino. No contexto rural, esse serviço é essencial para atender os estudantes camponeses, independentemente da distância percorrida.

O transporte escolar rural não só melhora o acesso à educação, mas também facilita a permanência dos alunos na escola, reduzindo os obstáculos que enfrentam diariamente, como estradas em más condições e veículos precários. Além de garantir a inclusão social, um sistema de transporte eficiente pode aumentar a motivação dos alunos, contribuindo para seu desempenho acadêmico e a participação ativa na comunidade.

O sistema de transporte escolar apresenta características que devem ser destacadas e analisadas dentro da realidade local, considerando as peculiaridades das regiões geográficas e, também, da população dos municípios em que este é executado. O levantamento da realidade do transporte escolar nos municípios brasileiros possibilita uma análise detalhada sobre o sistema de transporte escolar rural, pois o conhecimento das características do transporte ofertado permite a tomada de decisões que podem ser usadas na melhoria e no aprimoramento do planejamento da operação (TEDESCO, G.M. I et al, 2008).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, O transporte escolar rural enfrenta problemas semelhantes aos que os demais segmentos de transporte em área rural enfrentam. As grandes áreas rurais, baixa densidade demográfica, pouco retorno econômico, são características que dificultam

e limitam a prestação de serviços de transporte e infraestrutura, associa-se também o baixo número de escolas, aumentando o percurso para os alunos chegarem até as escolas.

Figura 1: situação das estradas onde os alunos percorrem para chegarem as escolas



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

A imagem mostra uma estrada rural em condições precárias, com um solo irregular, buracos e áreas de erosão, dificultando ou até impossibilitando o trânsito seguro. A presença de água acumulada em partes da estrada indica a falta de infraestrutura adequada, o que pode ser agravado em períodos chuvosos, tornando a via ainda mais intransitável. Esse cenário é comum em muitas áreas rurais e impacta diretamente a mobilidade da comunidade, especialmente o transporte escolar.

Essas dificuldades de acesso afetam diretamente o desempenho escolar e a assiduidade dos estudantes da zona rural, que enfrentam uma realidade muito distinta dos alunos que vivem em áreas urbanas. A falta de infraestrutura adequada, como estradas pavimentadas, amplia as barreiras ao acesso à educação de qualidade. Portanto, melhorar as condições das vias rurais é uma questão essencial não apenas para o transporte escolar, mas para garantir o direito à educação, conforme estabelecido na Constituição brasileira.

O percentual de alunos residentes na área rural é confirmado pela significativa demanda do transporte escolar rural. Com base em uma estimativa realizada na pesquisa do FNDE essa demanda compreende atualmente cerca de seis milhões de usuários, considerando dados do censo demográfico do IBGE (2000) em relação à população rural, que atualmente corresponde a aproximadamente 31,95 milhões de pessoas. Dessa forma, a operação afeta diretamente uma grande quantidade de pessoas que precisam ser atendidas em condições adequadas de transporte, respeitando-se as características do ambiente rural e dos usuários do ter. Para isso, é preciso visualizar a área rural não apenas como um simples perímetro não urbano e sim como um local com especificidades que devem ser respeitadas e consideradas (NASCIMENTO, Heitor Pereira et al).

A citação de Nascimento et al. aponta a grande demanda pelo transporte escolar rural, com cerca de seis milhões de estudantes dependentes desse serviço. Essa operação envolve uma parcela significativa da população rural, o que exige uma infraestrutura adaptada às condições específicas do meio rural, como estradas precárias e longas distâncias. Atender essa demanda é essencial para garantir que os alunos tenham acesso à educação em condições adequadas.

3.3 Legislação relacionada ao transporte escolar

Dentre as várias estratégias adotadas para conseguir com que os alunos tenham acesso à educação, a seguir algumas delas relacionada ao transporte escolar.

3.3.1 A constituição Federal/1988

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Este artigo da Constituição Federal deixa clara a obrigatoriedade do dever do

Estado com a educação, garantindo diversos direitos aos educandos, dentre eles destaca-se o inciso VII, onde deve-se providenciar meios para que o estudante tenha acesso a escola, incluindo o transporte escolar que é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno exercício do direito a educação resguardado na constituição, especialmente para aqueles que vivem em áreas rurais distantes das instituições de ensino.

3.3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 994/96

A LDB garante em seus artigos 4º, 10, 11 e 70º, a segurança aos cidadãos que o Estado deve responsabilizar pelo transporte público e por outros fatores que possam contribuir para o acesso à educação.

No artigo 4º e 69, ambos no inciso VIII, mencionam a obrigatoriedade de fornecer o transporte escolar

Art. 4. VIII - Atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde [...]

Art. 70. VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar (BRASIL, 1996).

No artigo 10, inciso 7, fala sobre a obrigatoriedade estadual para com o transporte escolar:

Art. 10. Os estados incumbir-se-ão de:

VII – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos estados e aos municípios. (BRASIL, 1996).

No artigo 11, inciso 6 deixa claro sobre as obrigações municipais:

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

VI – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Parágrafo único. Os municípios poderão optar, ainda, por se integrarem sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica. (BRASIL, 1996).

Nestes artigos fica evidente a obrigatoriedade da união, estados e municípios destinarem meios de transporte para os alunos do ensino básico e regular. Os artigos

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garantem a obrigatoriedade do transporte escolar como um dos direitos fundamentais para assegurar o acesso à educação.

O artigo 4º, ao mencionar programas suplementares, destaca que o transporte escolar deve ser fornecido aos alunos do ensino fundamental público, como parte de um conjunto de ações que visam garantir condições adequadas para a permanência dos estudantes na escola.

Já o artigo 70º, no inciso VIII, reforça que a manutenção de programas de transporte escolar é responsabilidade do poder público, colocando essa ação como prioritária para assegurar a continuidade do processo educacional. Dessa forma, fica claro que o Estado, em suas diferentes esferas, deve assegurar que os alunos tenham meios de chegar à escola, o que é essencial para a promoção da igualdade de acesso à educação.

Além disso, os artigos 10 e 11 atribuem responsabilidades claras aos estados e municípios em relação ao transporte escolar. O artigo 10 estabelece que é dever dos estados garantir o transporte dos alunos da rede estadual, enquanto o artigo 11 atribui aos municípios a mesma responsabilidade em relação aos alunos da rede municipal.

Essa divisão de responsabilidades entre estados e municípios garante que tanto os estudantes que vivem em áreas urbanas quanto os que estão nas zonas rurais tenham direito ao transporte adequado. No entanto, a realidade das estradas e da infraestrutura, como mostrado anteriormente, muitas vezes não acompanha o que é garantido por lei, o que resulta em dificuldades de acesso e, conseqüentemente, prejudica a educação de muitos alunos, principalmente na zona rural.

3.3.3 O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar- PNAT

Este programa foi instituído pela portaria nº 955, de 21 de junho de 1994, numa iniciativa do governo federal, com a finalidade de garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola, especialmente os que vivem em áreas rurais e urbanas de difícil acesso, visando assistência financeira aos estados e municípios para custeio das despesas com o transporte escolar.

O PNATE é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo um programa voltado para alunos desde a pré-escola até o ensino

médio que estejam matriculados em escola pública, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidade educacional, reduzindo assim as desigualdades regionais e sociais no acesso à educação brasileira.

Os recursos do PNATE são utilizados para contratação dos serviços de transporte escolar, pagamento de combustível, manutenção de frotas, seguro de veículos, enfim, todas as despesas relacionadas ao transporte escolar.

Ele também estabelece critérios para distribuição dos recursos, levando em consideração a quantidade de alunos atendidos, extensão territorial, dificuldades de acesso, renda per capita dos da população do município.

3.3.4 O Programa Caminho da Escola

Foi criado em 2007, pelo governo federal, por meio da Resolução nº 3 do Conselho Deliberativo do FNDE, com a finalidade de concessão de linha de crédito para aquisição e renovação de frotas dos veículos escolares zero quilometro e padronizadas, por meio do pregão eletrônico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES.)

Dentre os objetivos do programa, destaca-se o acesso universal à educação, assegurando a todos os estudantes, independentemente da localização geográfica, tenham acesso e possam usufruir do seu direito a educação, segurança no transporte escolar, com ônibus novos, adequados e em boas condições de uso, redução da evasão escolar, facilitando o acesso as escolas.

Tem como principais componentes a aquisição de veículos escolares, como ônibus, micro-ônibus, vans, etc. adaptados para o transporte dos estudantes e específicos para a realidade de cada região; manutenção das frotas, pois além de prever recursos para a compra de veículos novos, ele também prevê recursos para a manutenção dos veículos já existentes, para que sempre estejam em boas condições de uso.

Além da capacitação dos condutores, fornecendo treinamento sobre segurança viária, primeiros socorros e atendimento as necessidades dos estudantes em suas responsabilidades.

Este programa visa contribuir de forma significativa para ampliar o acesso à educação, principalmente para os estudantes das áreas rurais, melhorando a

qualidade do transporte oferecido, garantindo aos estudantes um acesso as redes de ensino de forma digna e segura.

3.4 Segurança no transporte escolar

Como já vimos, o transporte escolar é uma atividade essencial para garantir o acesso das crianças à escola de uma forma digna e segura e as leis que regulamentam este serviço têm um papel fundamental para garantir a proteção de quem utiliza este transporte.

Estas leis estabelecem os padrões de segurança que devem ser seguidos para aquisição do meio de transporte e também de seus condutores, onde abrangem desde a manutenção indo até a qualificação dos motoristas.

Elas garantem também que o serviço de transporte escolar atenda aos critérios de regulamentação e qualidade, visando garantir a igualdade de acesso à educação principalmente para as crianças que vivem nas áreas rurais, procurando reduzir as barreiras educacionais e promover a inclusão e o desenvolvimento.

Para muitas crianças, o transporte escolar por vez é a única alternativa para o acesso às escolas e para isto é essencial que o serviço prestado seja oferecido de forma segura e confiável.

Para isto, algumas regras exigidas por Lei para os veículos de serviço de transporte escolar, como:

Transportar somente o número recomendado de passageiros. Autorização do DETRAN fixada em local visível, dentro do veículo. Estar sinalizado como “escolar” na lateral do veículo, com a tarja amarela característica.
Uma inspeção deve ser feita, ao menos duas vezes por ano, no veículo para fiscalização dos itens obrigatórios.
O veículo deve ser registrado junto ao DETRAN na categoria de transporte escolar, no Estado onde exerce tal atividade.
Estar com todos os itens de segurança em perfeitas condições de uso, como por exemplo, cintos de segurança, cadeirinha (quando transportar crianças menores de 7 anos), lanternas, entre outros.
Os gestores devem estar atentos as estas **regulamentações**, pois, caso algo não esteja dentro dos padrões legais a empresa prestadora do serviço está passiva de penalidades como multa e até mesmo apreensão do veículo (Asmontech, 2019).

Existem também regras para os condutores destes veículos:

Solicitar exame toxicológico periodicamente é um ponto respaldado em lei.

Ter habilitação na categoria D e ser maior de 21 anos.
Comprovar que não teve nenhuma infração grave ou gravíssima nos últimos 12 meses.
Apresentar certificado do curso de especialização para transporte escolar.
Comprovar não ter reincidência, nos últimos 12 meses, em infrações de gravidade média.
Vale ressaltar que, todas as exigências listadas são estabelecidas por leis e normas específicas e, por isso, o descumprimento de qualquer uma delas, causa prejuízo financeiro aos gestores de frotas escolares pois os pais têm o direito à devolução integral do valor, no caso de escolas particulares ou contratação pessoa (Asmontech Technologies, 2019).

As regras para os condutores de veículos escolares são essenciais para garantir a segurança dos estudantes durante o transporte. A exigência de habilitação na categoria D, ser maior de 21 anos e apresentar um certificado de especialização em transporte escolar demonstra a preocupação em qualificar os motoristas para lidar com esse público específico.

Além disso, o exame toxicológico periódico assegura que os condutores estejam aptos, tanto física quanto mentalmente, para a condução de veículos, prevenindo possíveis acidentes. As restrições em relação às infrações de trânsito também são cruciais, pois motoristas com histórico de infrações graves ou reincidência em infrações médias podem apresentar riscos à segurança dos passageiros.

O descumprimento dessas normas pode trazer consequências sérias não apenas para a segurança dos alunos, mas também financeiras, especialmente no caso de escolas particulares ou contratos individuais, onde os pais têm o direito à devolução dos valores pagos.

Isso responsabiliza tanto os motoristas quanto os gestores de frotas escolares a cumprir rigorosamente todas as exigências legais. Ao garantir que todos os motoristas estejam qualificados e dentro das normas, há uma proteção maior contra acidentes e falhas no serviço, reforçando a confiança dos pais e a eficiência no transporte escolar.

4 O ACESSO À EDUCAÇÃO E O TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL

O histórico do transporte escolar no Brasil possui uma história marcada de avanços e desafios persistentes. Desde os primórdios da educação formal neste país, o acesso à escola tem sido uma preocupação, principalmente nas áreas

remotas e rurais, onde no início o acesso à educação era algo limitado as classes sociais privilegiadas e o transporte escolar como conhecemos hoje era inexistente, pois grande parte das escolas se localizavam na zona urbana e os alunos precisavam caminhar e usar meios de transporte próprios, para chegar a elas. (Ao Transporte, C.C. D. A. 2023).

No início do século XX, com a urbanização e a expansão da educação pública, surgem as primeiras iniciativas de transporte escolar no país, onde são implantadas escolas em algumas áreas rurais, conforme aponta Feijó, 2007).

[...]Como o oferecimento do ensino público gratuito, por si só, muitas vezes não é suficiente para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, o Governo Federal identificou que essa situação deveria ser resolvida incorporando à obrigação de oferecer educação gratuita, outras ações consideradas extremamente relevantes. Sendo assim, não só o direito a educação, mas também transporte, material didático, alimentação, etc. são assegurados constitucionalmente, pela disponibilização através do Estado por meio de programas suplementares (FEIJÓ apud FNDE/CEFTRU, 2007).

A citação de Feijó destaca que, embora o ensino público gratuito seja um direito garantido, ele não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência dos alunos na escola. O Governo Federal reconheceu que outros fatores, como transporte, alimentação e material didático, são igualmente essenciais para que os estudantes possam de fato frequentar as aulas.

Dessa forma, programas suplementares, garantidos constitucionalmente, foram incorporados para atender a essas necessidades. Isso evidencia a importância de uma abordagem ampla para garantir educação, especialmente para alunos em áreas rurais, onde o acesso à escola pode ser mais difícil sem o apoio de transporte e outras assistências.

O transporte escolar é caracterizado pelo transporte utilizado para levar os alunos que moram distante até as escolas de forma segura e confortável, permitindo o acesso de todos a uma educação de forma igualitária (Lopes, 2008).

Dentro do transporte rural, o transporte escolar é o segmento que gera o maior número de viagens diárias. Em 1995, foi realizado, pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, um estudo sobre o transporte rural, enfatizando a importância do segmento escolar. Nesse estudo, a demanda de viagens pelo motivo de educação foi estimada em 6,8 milhões de pessoas, justificando a sugestão da criação do “Plano Nacional para o Desenvolvimento do Transporte Rural Escola (EGAMI e CINTIA, 2008, p1).

Como vimos, este é um problema que vem, apesar dos avanços, com muitos desafios a serem enfrentados, principalmente no âmbito rural, sendo sempre a comunidade mais prejudicadas no que diz respeito ao progresso e a políticas públicas. O transporte escolar figura grande importância na educação rural no país, de acordo com dados do IBGE, cerca de um quinto da população brasileira vive nas áreas rurais. Daí a necessidade de desenvolver políticas públicas de amparo a este povo, principalmente relacionado a educação de crianças e jovens.

A educação é um direito de todos e dever do estado proporciona-la, como está previsto na Constituição Federal, promulgada em 1988, no seu artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (C.FBRASIL, 1988 p. 138).

Existe também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura este direito, estabelecendo algumas exigências, dentre elas:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IX - Garantia de padrão de qualidade;

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL 9394/1996).

Como visto, o acesso a educação deve ser ofertado pelo estado e ter um padrão de qualidade de ensino para todos, além do acesso às escolas e, no caso da zona rural, o transporte escolar desempenha importante função para que os alunos consigam estudar e ter o mínimo de dignidade de acesso ao ambiente escolar.

Pensando nisso, foi criado o Programa Nacional de Apoio ao transporte escolar – PNATE, dispondo de recursos financeiros que serão passados para estados, municípios e distrito federal, para aquisição de transporte escolar:

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública,

residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º O montante dos recursos financeiros será repassado em parcelas e calculado com base no número de alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar oferecido pelos entes referidos no caput deste artigo (BRASIL, 10.880/2004).

Com este programa do PNATE, os poderes estaduais e municipais puderam estabelecer uma logística mais adequada, aquisição ou aluguéis de frotas novas, visando a melhoria na educação ofertada a estes alunos, principalmente referente aos estudantes da zona rural, pois é primordial para que os alunos cheguem às escolas, o uso do transporte escolar.

Todos os dias mais de 5 milhões de estudantes são transportados gratuitamente (no campo ou na cidade) até às escolas. Alguns alunos utilizam o serviço de transporte apenas alguns minutos por dia, outros chegam a viajar mais de 4 horas e percorrem mais de 400 km a bordo de um veículo escolar. Daí a grande importância da qualidade desse serviço em prol da educação (FROTUS, 2022).

5 O ACESSO À EDUCAÇÃO E O TRANSPORTE ESCOLAR NO TOCANTINS

Após a criação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar-PNATE, todos os estados ficaram responsáveis por elaborar as leis locais para distribuição adequada desta verba a eles destinada. No Tocantins foi criada a Lei nº 1616, de outubro de 2005, que dentre suas atribuições, regulamentava a manutenção do transporte escolar mediante repasse financeiro oriundos da união e do estado – fundo nacional de educação FNDE e fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério FUNDEF (TOCANTINS, 1616/2005).

A seguir algumas das principais características de Arraias-TO e como funciona o transporte escolar na escola Polo Matas, onde fiz minha pesquisa.

6 O ACESSO À EDUCAÇÃO ARAVÉS DO TRANSPORTE ESCOLAR NA ESCOLA POLLO MATAS (NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO).

A seguir, algumas das principais características de Arraias-TO e como funciona

o transporte na escola Pollo Matas (Escola municipal Nossa Senhora da Conceição), onde fiz minha pesquisa.

6.1 Caracterização da região de Arraias-TO

Arraias é uma cidade localizada no Sudeste do Tocantins, com sua origem ligada a mineração, por volta de 1936, através do garimpo conhecido como Chapada dos Negros, sendo fundada a cidade em 01 de agosto de 1740.

Em relação à educação, possui boas instituições de ensinos, contando com escolas públicas, particular e universidade federal, campus de Arraias-TO, que oferece cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional da região.

Até hoje Arraias é considerada berço cultural do Estado, possuindo muitas riquezas materiais e imateriais, conhecida como cidade das colinas. De acordo com a SEMED, a cidade possui 13 escolas, sendo 11 na área rural e 2 na área urbana, atendendo 1.340 alunos, segue o quadro abaixo:

Quadro 1 – Escolas da Rede municipal de Arraias-TO

Nº	Escolas	Localidade
1	Escola Mun. Bernardino Nunes de Carvalho	Fazenda Jardim
2	Escola Mun. Polo Matas (Nossa Senhora da Conceição)	Comunidade Quilombola Mimoso do Kalunga
3	Escola Mun. Gregório Barreto e Melo	Fazenda Matão
4	Escola Mun. João Francisco da Costa	Fazenda Santa Rita
5	Escola Mun. Joaquim Aires França	Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra
6	Escola Mun. Lázaro Ferreira	Fazenda Ponta da Serra
7	Escola Mun. CMEB Ia lá Ciriaca	Distrito Cana brava
8	Escola Mun. Madre Gabriela	Fazenda Poções

9	Escola Mun. Nossa Senhora da Conceição	Comunidade Quilombola Mimoso do Kalunga
10	Escola Mun. Profª. Maria Helena Alves de Araújo	Fazenda Boa Vista
11	Escola Mun. CMEB Profª. Lívia Lorene Bueno Maia	Cidade – Arraias
12	Escola Mun. CMEI Irmã Lucília	Cidade - Arraias

Fonte: SEMED, 2023

6.2 Legislação municipal relacionada ao transporte escolar

Em 2013, foi criada a Lei nº 887/2013 – de 02 de setembro de 2013, que dispõe sobre a criação do conselho Municipal de Transporte Escolar – CMTEA e das outras providências, dentre as competências, citamos:

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Transporte Escolar de Arraias:

- I. Fiscalizar e controlar os recursos destinados ao transporte escolar, pertencentes à rede de ensino assistido, por este município e convênios previstos para tal fim;
- II. Acompanhar o processo de contratação do transporte escolar;
- III. Implantar sistema de vistoria e autorização dos veículos e condutores a Prestar o serviço de transporte escolar, IV. Fiscalizar prestação do serviço de transporte escolar, quando terceirizado;
- V. Informar à população à existência do direito à prestação de serviço;
- VI. Acompanhar a aplicação dos recursos federais do Programa Nacional de apoio ao transporte escolar PNATE;
- VII. Comunicar ao FNDE a ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;
- VIII. Promover estudos e formação dos condutores de veículos e dos profissionais responsáveis pelo transporte escolar;
- IX. Normatizar a oferta de transporte escolar no município;
- X. Buscar parceria junto aos órgãos competentes para vistoria do transporte (ARRAIAS, LEI 887/2013 P1).

6.3 Localização e contexto geográfico

Arraias é uma cidade localizada no estado do Tocantins, região Norte do Brasil. Está localizada a 413km da capital, na divisa do estado com o Goiás, de acordo com o IBGE, tem uma população de 10.287 (dez mil duzentos e oitenta e sete) pessoas,

possuindo 5.786,871KM², com uma densidade demográfica de 1,77 habitantes por km².

6.4 Demografia e estrutura educacional

Como já mencionado, Arraias possui 1.77hab/km², com um índice de desenvolvimento humano de 0,651, com aproximadamente 2.345 pessoas entre 5 a 19 anos, idade que estão entre a pré-escola ao ensino médio. Sendo 755 crianças de 5 a 9 anos, 781 pré-adolescentes de 10 a 14 anos e 809 adolescentes de 15 a 19 anos, representando quase $\frac{1}{4}$ da população Arraiana, demandando uma maior atenção a educação ofertada, porém, ao pesquisar as escolas do campo na região, observou-se uma falta de infraestrutura e investimento, como veremos mais à frente.

6.5 Infraestrutura e logística do transporte em arraias-TO

Arraias destaca-se como um dos maiores municípios do estado, caracterizado por sua baixa densidade demográfica, ou seja, com poucas pessoas por quilômetro quadrado. Na zona rural, essa realidade é ainda mais evidente, pois é necessário percorrer grandes distâncias para chegar de uma casa à outra. Essa situação se reflete diretamente no cotidiano escolar, como no caso da Escola Polo Matas, onde os alunos precisam ser transportados por até 80 km para chegar da casa à escola, enfrentando desafios diários no trajeto.

As condições precárias das estradas representam um obstáculo significativo para a realização do transporte escolar em Arraias. A falta de manutenção regular resulta em vias esburacadas, alagadas durante o período chuvoso ou até mesmo intransitáveis em alguns trechos. Isso prejudica tanto os alunos, que muitas vezes chegam atrasados ou até deixam de frequentar as aulas, quanto os motoristas, que enfrentam dificuldades em garantir um transporte seguro.

Além dos prejuízos educacionais, essa situação também acarreta impactos no bem-estar e na segurança das comunidades rurais. Para os estudantes, a longa jornada em estradas em más condições é cansativa e, por vezes, perigosa, expondo-os a riscos desnecessários. Para os motoristas, os desafios incluem o

Desgaste prematuro dos veículos e o aumento da responsabilidade em condições adversas, o que demanda esforço extra para garantir que todos cheguem ao destino em segurança.

Figura 02: percurso utilizado para buscar alunos



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuário (2024)

Por ser uma região de clima quente, os ônibus sem ar condicionado ficam muito desconfortáveis e até mesmo perigoso para os alunos, podendo causar desconforto, desidratação e até insolação, além disso a falta de uma ventilação adequada pode comprometer a qualidade do ar dentro destes ônibus afetando a saúde respiratória dos alunos.

Quando o sol incide diretamente sobre as janelas, pode criar um efeito estufa dentro do ônibus, elevando ainda mais a temperatura, onde principalmente nos meses mais quente (período do verão) e no horário de saída das aulas, onde está o pico de calor, pode representar um risco a saúde dos alunos. Onde a instalação de ar condicionado ou janelas maiores com as devidas proteções ou películas protetoras nas janelas para reduzir a incidência dos raios solares ou até mesmo cortinas são essenciais para garantir um ambiente seguro e confortável durante o transporte dos alunos.

Estes desafios podem impactar diretamente na frequência escolar dos alunos,

principalmente para aqueles que moram muito longe das escolas. Melhorias na infraestrutura e investimentos adequados nas frotas escolares são essenciais para que todos tenham um acesso igualitário a educação, independente da sua localização geográfica.

Figura 03: Ônibus escolar utilizado para transporte dos alunos



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Figura 04: Ônibus escolar utilizado para transporte dos alunos



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Figura 05: Transporte escolar da escola Polo Matas



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Em relação ao transporte, alguns alunos reclamaram o fato de saírem muito cedo, chegando a sair 4h da manhã de suas casas, existem ônibus estavam com janelas quebradas, alguns sem cintos de segurança, os assentos são duros e não reclináveis e principalmente a falta de ar condicionado, pois saem da escola no pico do sol quente e passam muito calor dentro do ônibus. Todos disseram que os horários de ônibus são pontuais, salvo algum problema que possa atrapalhar.

Outro fator que torna o trajeto até as escolas mais desconfortável são as cadeiras muito duras, sem reclinagem, que além de ocasionar desconforto físico, estas cadeiras podem contribuir para fadigas e problemas posturais ao longo do tempo.

Figura 06: Cadeiras dos ônibus escolares



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Poderiam investir em assentos mais confortáveis, como cadeiras a mais confortáveis, projetadas, mais acolchoadas e com reclinção e encosto para cabeças e braços, melhoraria significativamente o conforto dos alunos durante este percurso, como mostra algumas falas dos alunos a seguir:

“Acho o transporte oferecido regular, no sentido de segurança os cintos não funcionam, não possui ar condicionado e as janelas são pequenas, fica muito quente, me preocupo de o ônibus quebrar na estrada” (Entrevistado 2)

“Não gosto do horário que o ônibus sai, não adequa a realidade nossa, ficando muito cansada, poderia sair umas 06:00 em vez de 4:00 da manhã e voltava mais tarde, não precisando acordar tão cedo”. (Entrevistada 2)

Figura 07: Janela quebrada do ônibus escolar



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Figura 08: Ônibus com Janela quebrada



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

6.5.1 Condições das estradas e trajetos

Neste trajeto os alunos enfrentam, estradas de má qualidade, rios cheios, acordam de madrugada, enfim, várias adversidades, como mostra uma pequena parteda seguinte entrevista:

“Eu moro a uns 65 km da escola e tenho que acordar as 4h da manhã, as vezes o ônibus quebra na estrada porque está muito ruim e ficamos no calor e sem comer até quando consegue arrumar, as vezes suspende as aulas porque não tem como o ônibus rodar”. (Entrevistado 1)

Figura 09: Rio cheio no caminho que o ônibus passa para levar alunos a escola



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

O principal problema são as estradas, neste ano de 2024, foi preciso suspender aulas por mais de 1 mês devidos as más condições das estradas com atoleiros, valetas, ficando impossível e sem segurança o transporte dos alunos, o que prejudica seu ensino, pois muitos não tem internet em casa, o que ficava inviável a aula on-line, com isso só depois repor estas aulas, podendo deixar os alunos sem

férias ou tendo aula no feriado, o que acaba deixando os alunos desinteressados, pois como eles disseram, não terão mais o final de semana para descansar dessa rotina exaustiva até chegar na sala de aula.

Quando acontece esse problema e precisa suspender as aulas, depois eles repõem, mas acaba tendo aula quase a semana toda, no sábado também, as vezes não consigo prestar atenção porque estou muito cansado ou não vou quando é no sábado. (Entrevistado 1)

Figura 10: Situação das estradas onde passa o ônibus escolar



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

A imagem acima retrata a difícil realidade enfrentada nas estradas da nossa região, especialmente durante o período chuvoso. Nessas épocas, muitas vias tornam-se intransitáveis, dificultando o tráfego de veículos e gerando transtornos significativos para a comunidade local. Esse problema afeta diretamente alunos que dependem dessas estradas para chegar as escolas, comprometendo a frequência escolar e, conseqüentemente, o aprendizado.

Além disso, a precariedade das estradas causa impactos na segurança e no bem-estar de todos que precisam utilizá-las. Transportes escolares e transportes públicos enfrentam sérios riscos ao transitar por vias alagadas ou em condições

precárias, o que muitas vezes leva ao cancelamento do transporte escolar. Essa situação reforça a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura e melhorias na malha viária, garantindo o direito de ir e vir com segurança e acessibilidade para todos.

Figura 11: Ônibus atolado em estrada, no trajeto escolar



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Já nesta imagem mostra outro problema comum no cotidiano do transporte escolar, principalmente no período chuvoso que são os atoleiros. Quando isso acontece é mais que um inconveniente durante o transporte. Deixando os alunos frustrados com o atraso, a dificuldade para tirar o ônibus daquele local, muitas vezes tendo que procurar socorro com os fazendeiros vizinhos.

Muitos alunos não andam preparados para adversidades e quando demora sair de uma situação como essa, causa muito estresse para o aluno que além de perder a aula, pode ficar horas sem comer e por ter saído de casa muito cedo, as vezes nem toma café da manhã.

Figura 12: Locais onde passa o transporte escolar



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Figura 13: Ônibus atolado em rio



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

“Passamos muito medo porque o ônibus atolou em uma grota e estava chovendo, era perigoso ficar dentro do ônibus, o motorista teve que procurar nos fazendeiros um trator para puxar o ônibus, demorou muito e ficamos com fome, ficamos com medo de dormir no mato e estava muito frio”. (Entrevistado3)

Esse trecho é um exemplo forte de como situações de precariedade e vulnerabilidade em viagens podem impactar o bem-estar das pessoas envolvidas. A descrição do medo de permanecer no ônibus e o desconforto por conta do frio, da fome e da possibilidade de passar a noite no mato revelam como o ambiente hostil pode gerar insegurança emocional e física.

O detalhe de depender de um trator de fazendeiros para resgatar o veículo também expõe uma realidade em que faltam recursos para lidar prontamente com imprevistos.

Essa dependência do auxílio de terceiros, muitas vezes sem preparo adequado, agrava a sensação de impotência e o desconforto coletivo, evidenciando a importância de um sistema de transporte mais resiliente e preparado para imprevistos em regiões rurais ou áreas remotas.

Figura 14: Ônibus caiu em valeta na estrada



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

Figura 15: Ônibus atolados em rio e estradas, no trajeto escolar



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuario (2024)

“Em outra vez tinha um buraco no meio da estrada e quando ônibus passou pegou a frente e quebrou, acontece com muita frequência porque tem muito buraco e no tempo da chuva vai afundando mais. O motorista tem atenção, mas as vezes não tem jeito e acaba quebrando o ônibus”. (Entrevistado 3)

6.5.2 Rotina e organização do transporte escolar

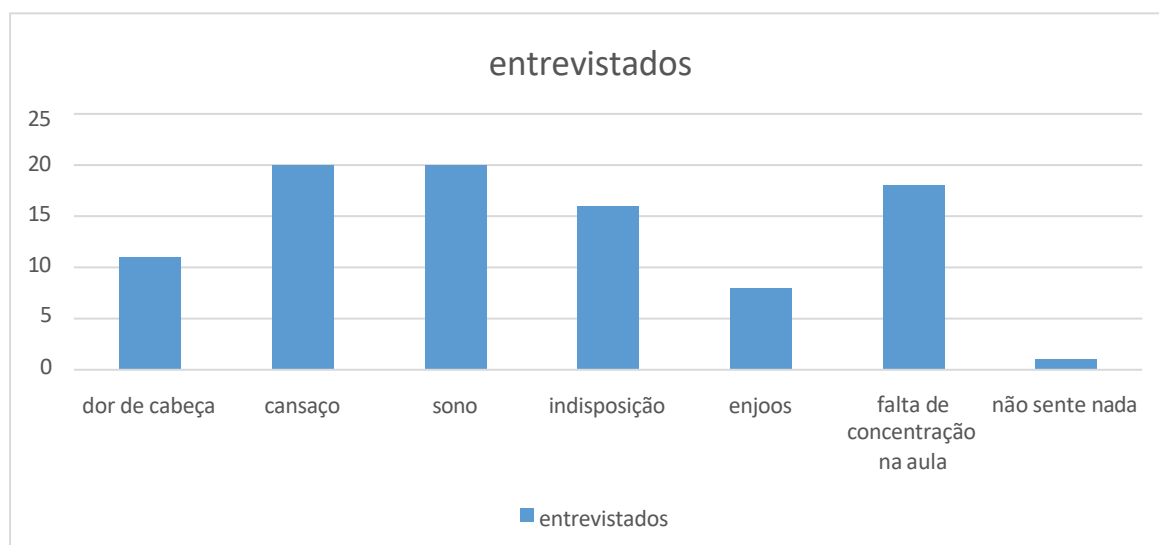
Um fator que todos os alunos reclamaram foi sobre o horário de saída do ônibus, por ser uma escola na zona rural, deveria se programar de forma a facilitar a rotina dos alunos, trazendo o mínimo de estresse pois já percorrem um caminho muito longo dentro de ônibus, enfrentando estradas ruins, com um horário de aula adaptado, diminuiria o estresse e cansaço.

Alguns alunos têm que acordar 3h da manhã para arrumar e ônibus passa em suas casas 3:30 da manhã, chegando de volta já a tardezinha, onde muitas vezes pensam em desistir da escola na fazenda e vir estudar na rua, ficando longe dos cuidados dos pais, sendo mais fácil ser influenciados por más pessoas, pois ainda estão muitos novos e influenciáveis.

6.5.3 Sensações de desconforto durante a viagem

A seguir, o gráfico com alguns dos desconfortos citados pelos alunos, onde sentem durante a viagem entre casa e escola.

Figura16: Sensações de desconforto durante a viagem dos alunos



Fonte: Paulina Amado da S. Cantuário (2024)

Neste gráfico, mostra as principais queixas dos alunos, dentre elas, todos os entrevistados reclamaram de cansaço e sono e dor de cabeça. Reclamaram também de desconfortos durante o trajeto para a escola:

“Sentimos muito calor, não tem ar condicionado e nem cortina nas janelas, os bancos também são desconfortáveis e com a estrada ruim dando muito baque, doendo o corpo, eu moro muito longe e tenho que acordar cedo para pegar o ônibus, fico com muito sono na escola e me atrapalha concentrar na aula, acabo ficando com dificuldade em algumas matérias.” (Entrevistada 11)

Outro fator preocupante é eles relatarem falta de atenção devido o cansaço e sono, o que acaba prejudicando seu aprendizado, deixando-os em desigualdade com quem não passa por esses problemas, onde os gestores deveriam ter atenção, mudando os horários e qualidade do transporte para que estes números mudassem.

Estas informações são relevantes para nos mostrar como a falta de manutenção de ônibus e estradas compromete o desempenho dos alunos,

comprometendo frequência escolar e o aprendizado dos alunos.

Figura 17: Alunos utilizando o transporte escolar



Fonte: Registro de Paulina Amado da S. Cantuário (2024)

6.6 Visão de um professor sobre o transporte escolar

Durante a entrevista com um dos professores da escola Pollo Matas, ele disse perceber um impacto negativo do transporte escolar na frequência dos alunos, interferindo no início das aulas, interrompendo o fluxo do dia a dia escolar, tendo em vista que alguns alunos chegam muito tarde ou faltam aulas devido as condições das estradas, gastando muito tempo no trajeto de sua casa à escola e muitas vezes o ônibus quebra e tem que voltar para suas casas a pé.

Para ele manter as estradas sempre em boas condições ajudava bastante a diminuir o problema com atraso, faltas e indisposição dos alunos, pois gastaria menos tempo para chegar na escola tornando a viagem menos cansativa.

O desconforto na viagem sempre causa estress e distrações dos alunos, prejudicando sua disposição e aprendizado, sendo um problema para o professor tendo que se esforçar ainda mais para tentar prender a atenção em uma aula que muitas das vezes o aluno não gosta e junta com o cansaço, dificultando ainda mais.

Pois algumas vezes é preciso suspender as aulas porque alguns alunos não conseguem ir à escola, neste caso eles passam algumas atividades para casa, mas não conseguem dar o suporte necessário devido alguns estudantes não terem sinal de telefone ou internet em suas casas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas da zona rural de Arraias-TO, passou por um processo de nucleação, onde fechou várias escolas com poucos alunos e começou a fazer o transporte destes para uma escola polo e outros por morar mais próximos a cidade, vem estudar na zona urbana e regressam a suas casas ao final da aula. É válido mencionar que por ser um município de grande extensão territorial, acaba gastando muito tempo no deslocamento dos alunos, onde na entrevista pude perceber que alguns alunos demoram cerca de 4 horas para chegar a escola, a falta de manutenção das estradas, pontes quebradas, dentre outros.

O transporte escolar na escola Polo Matas tem sido uma constante fonte de preocupação e frustração para os pais, alunos e professores, devido aos diversos problemas enfrentados diariamente por estes estudantes que dependem deste serviço essencial para chegar à escola.

A questão da segurança onde muitas vezes os veículos não têm uma manutenção adequada, atolando em rios com risco de enchentes, furando pneus, colocando em risco a segurança dos alunos. Acontece também atrasos na chegada devido estes problemas e as vezes até suspensão por períodos longos, devido ficar impossibilitado o transporte destes alunos.

É essencial melhorar a comunicação entre todos os envolvidos e tentar adaptar à realidade destes alunos, principalmente quanto ao horário de saída que foi uma queixa unânime entre todos os entrevistados. Como pesquisadora, sugiro as seguintes medidas para ajudar sanar estes problemas:

- Investimento adequado: Os gestores públicos devem priorizar o investimento nesta área, melhorando a infraestrutura das estradas, pontes com reparos regulares, sinalização adequada, ônibus mais confortáveis aos alunos e medidas para garantir a segurança dos alunos durante o trajeto;
- Transparência e participação da comunidade: Os gestores públicos agir de forma mais transparente e envolver a comunidade na tomada de decisões e identificação dos problemas.
- Revisão dos horários de aulas: Reajustar os horários de aula e saídas do ônibus para

garantir que os alunos não precisem sair tão cedo de suas casas. Trabalhando juntos e quem utiliza este transporte ser ouvidos quando descontente com o serviço oferecido, ajudará numa melhor forma de cooperação no serviço prestado e consequente com a satisfação dos alunos, uma melhora no desempenho escolar e menor evasão deles da escola.

O presente trabalho teve como primeiro passo avaliar os impactos do transporte escolar na carreira estudantil destes alunos e a partir destes dados foi possível identificar alguns problemas existentes neste deslocamento, tornando esta viagem um pouco desconfortável.

O estudo realizado sofreu algumas limitações pois na época da pesquisa as aulas estavam suspensas a dois meses por causa das chuvas e más condições das estradas, então tive que visitar as casas individualmente e devido a longa distância entre elas e más condições das estradas, não consegui falar com todos os alunos.

Percebemos que com a redução do número das escolas na zona rural, os percursos feitos pelos alunos aumentaram ainda mais e a maioria das viagens são feitas em vias precárias e veículos sem conforto e essa realidade pode estar contribuindo para os baixos índices educacionais que a muito tempo está presente na realidade dos estudantes da zona rural. Diante disto, espera-se mais pesquisas sobre o tema para que possa contribuir para melhorias dos estudantes camponeses.

8 REFERENCIAS

AO TRANSPORTE, Centro Colaborador de Apoio et al. **O transporte escolar rural no Brasil**. 2023. Disponível em: <http://repositorio.fnde.gov.br/jspui/handle/prefix/232>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

COSTA, Márcia Cristina Gomes et al. **Os desafios do transporte escolar no município de Arraias-TO**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 5, p. 50832-50846, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FEIJÓ, P. C. B. **Transporte escolar: a obrigação do poder público municipal no desenvolvimento do programa**. Aspectos jurídicos relevantes. Jus Navigandi, ano 11, n. 1259, Teresina. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8903/transporte-escolar-a-obrigacao-do-poder-publico-municipal-no-desenvolvimento-do-programa>. Acesso em: 21 dez. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

ECTER, et al. O acesso às escolas do campo e o transporte escolar. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/91841357/o-acesso-as-escolas-do-campo-e-o-transporte-escolar>. Acesso em: 01 jan. 2024.

FROTUS. A história do transporte escolar no Brasil. Disponível em: <https://www.frotus.com.br/post/a-hist%C3%B3ria-do-transporte-escolar-no-brasil>. Acesso em: 01 fev. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, E. P.; CÂMARA, M. T.; MONTEIRO, T. **Transporte escolar como instrumento de viabilização do acesso à educação: o que estabelecem as leis? Texto para discussão**. Centro de Formação em Recursos Humanos de Transportes (Ceftru). Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2008.

SILVA, Eustáquio. Técnicas de pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TEDESCO, Giovana Megume Ishida; GASPARINI, Rozangela; MENEZES, P. B. Conhecendo o transporte escolar rural no Brasil. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES. 2008. p. 1-12.

NASCIMENTO, Heitor Pereira et al. Caracterização do ônibus para operação do transporte escolar rural no Brasil. ANPET, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE NETO, Flávio et al. Active and sedentary behaviours in children aged 7 to 10 years old: the urban and rural contexts, Brazil. BMC Public Health, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2014.

FNDE. Metodologia de caracterização do transporte escolar rural. Projeto: **Transporte Escolar Rural, volume I** – Centro de Formação em Recursos Humanos de Transportes, UnB, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **PNATE: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar**, Lei nº 10.880 de 2004. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate>. Acesso em: 10 maio 2024.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli (orgs). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

Lei nº 924/2015. **Autoriza o chefe do poder executivo a aprovação do plano nacional de educação e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Arraias-TO**. Disponível em: <https://arraias.to.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Plano-Municipal-de-Educacao.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Ana Paula Antunes. Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Ester Simão Lopes; ARNT, Ana de Medeiros. **O acesso às escolas do campo e o transporte escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNEMAT – Campus Tangará da Serra – MT, 2008.

TOCANTINS. Lei nº 1616, de 2005. **Dispõe sobre a transferência de recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar, e adota outras providências**. Governo do estado do Tocantins.